

A MULHER INDÍGENA ENTRE OS ESTUDANTES EGRESSOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO INTERCULTURAIS DA FAINDI/UNEMAT

Loriége Pessoa Bitencourt, Janete Rosa da Fonseca

loriege.pessoa@unemat.br, janete.fonseca@ufms.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

III Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2023

Resumo: Este artigo é um recorte da pesquisa em desenvolvimento no estágio de pós-doutoramento, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGECult) da UFMS, Campus Aquidauana, na linha de pesquisa Sujeitos & Linguagens, sob o título, *Pedagogia Universitária Decolonial: os processos interacionais e dialógicos da formação de professores indígenas no contexto da Faculdade Indígena Intercultural – FAINDI/UNEMAT*. O recorte refere-se a pesquisa de campo realizada com egressos desta faculdade, que cursam a segunda turma do Mestrado Profissional no Programa de Pós-graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (PPGECII)- UNEMAT, com o objetivo evidenciar a presença da mulher indígena entre os estudantes dos cursos de graduação interculturais, ofertados entre 2001 a 2022, de modo a verificar a questão de gênero e como que presença da mulher indígena se altera entre as cinco turmas de licenciaturas interculturais e as duas turmas de Pedagogia Intercultural. Além de trazer recortes das entrevistas com três estudantes professoras indígenas, das etnias Haliti-Paresi, Tapirapé e Terena, para compreender a partir das suas história de vida com foco na educação escolar e seu o início das atividades de professora nas escolas indígena, a escolha pelos cursos de graduação cursados.

Palavras-Chave: *Pedagogia Universitária Decolonial, Educação Superior, Formação Inicial de Professores Indígenas Interculturais.*

Abstract. This article is a part of the research in development in the post-doctoral stage, in the Graduate Program in Cultural Studies (PPGECult) of the UFMS, Campus Aquidauana, in the line of research Subjects & Languages, under the title, *Pedagogia Universitária Decolonial: the interactional and dialogic processes of indigenous teacher training in the context of the Intercultural Indigenous Faculty – FAINDI/UNEMAT*. The clipping refers to field research carried out with graduates of this faculty, who are studying the second class of the Professional Master's Degree in the Postgraduate Program in Teaching in Indigenous Intercultural Context (PPGECII) - UNEMAT, with the objective of highlighting the presence of indigenous women among students of

intercultural undergraduate courses, offered between 2001 and 2022, in order to verify the gender issue and how the presence of indigenous women changes between the five classes of intercultural degrees and the two classes of Intercultural Pedagogy. In addition to bringing excerpts from interviews with three indigenous teacher students, from the Haliti-Paresi, Tapirapé and Terena ethnic groups, to understand from their life stories with a focus on school education and their beginning of teacher activities in indigenous schools, the choice for the undergraduate courses attended.

Keywords: *Decolonial University Pedagogy, Higher Education, Initial Training of Intercultural Indigenous Teachers.*

1. Introdução

Este artigo é um recorte da pesquisa em desenvolvimento no estágio de pós-doutoramento, no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGECult) da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus Aquidauana, na linha de pesquisa Sujeitos & Linguagens, sob o título, *Pedagogia Universitária Decolonial: os processos interacionais e dialógicos da formação de professores indígenas no contexto da Faculdade Indígena Intercultural – FAINDI/UNEMAT*, e visa estudar a Pedagogia Universitária no âmbito da Faculdade Indígena Intercultural – FAINDI/UNEMAT, procurando qualificar e agregar a esta Pedagogia a teoria do pensamento decolonial.

O recorte refere-se a pesquisa de campo realizada em Julho de 2023, com estudantes egressos da FAINDI/UNEMAT, que cursam a segunda turma do Mestrado Profissional, no Programa de Pós-graduação em Ensino em Contexto Indígena Intercultural (PPGECII), ofertado pela mesma faculdade, no campus universitário “Deputado Rene Barbour” – Barra do Bugres-MT, na qual, observou-se que dos 17 estudantes presentes na disciplina, Produção de Material de apoio didático-pedagógico para as escolas indígenas, seis são mulheres indígenas, surgindo o questionamento: como foi a presença da mulher indígena entre os estudantes dos cursos de graduação interculturais da FAINDI/UNEMAT?

Neste artigo, traz-se dados referentes as sete turmas de cursos de graduação, de formação inicial intercultural de professores indígenas, ofertadas de 2001 a 2022, no espaço formativo já citado, com o objetivo de evidenciar a presença da mulher indígena nestes cursos, de modo a verificar a questão de gênero e como que presença da mulher se altera entre as cinco turmas de licenciaturas interculturais e as duas turmas de Pedagogia Intercultural. Além de trazer, recortes das entrevistas com três mulheres, estudantes, professoras indígenas das etnias – Haliti-Paresi, Tapirapé e Terena, para compreender a

partir das suas história de vida com foco na educação escolar e o início das atividades de professora na escola indígena, o seu protagonismo a partir da formação inicial.

2. Metodologia da Pesquisa

A pesquisa em desenvolvimento é de cunho qualitativa, por visar abordar o mundo vivido e entender, descrever, analisar e interpretar os significados atribuídos pelos seres humanos, de modo a “esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo à sua volta, o que estão fazendo ou que está lhes acontecendo em termos que tenham sentido e que ofereçam uma visão rica. (ANGROSINO, 2009, p. 8). Para o mesmo autor, a pesquisa com abordagem qualitativa “parte da ideia de que os métodos e a teoria devem ser adequados àquilo que se estuda”, portanto, permitirá que se examine e compreenda os significados e as ações dos professores indígenas, estudantes egressos dos cursos de graduação interculturais ofertados pela FAINDI/UNEMAT, uma vez que, os participantes poderão refletir sobre suas memórias e externá-las a partir de suas narrativas.

Os procedimentos da pesquisa adotados são bibliográficos, documentais e de campo. No caso, deste artigo, como se trata de um recorte realizado na pesquisa maior, focalizamos nos dados produzidos na pesquisa documental e na de campo, com foco nos estudantes egressos.

Para produzir dados referentes aos estudantes egressos da FAINDI/UNEMAT, pelos preceitos da *pesquisa documental*, buscou-se no site da UNEMAT¹, informações referentes as turmas ofertadas, número de vagas e nomes completos dos alunos que cursaram os cursos de graduação. Organizamos tais dados em planilhas do Excel, procurando identificar o gênero, mulher ou homem, dos estudantes egressos a partir de seus nomes².

Quanto ao momento da *pesquisa de campo*, realizamos entrevistas semiestruturadas com 11 dos 17 estudantes presentes na disciplina já citada do Mestrado Profissional do PPGECEI. O convite foi feito a todos os estudantes presentes, mediante apresentação da pesquisa em sala de aula e a adesão voluntária para participar da pesquisa. A amostra de pesquisa foi constituída de 11 estudantes professores indígenas que cursaram

¹ Disponível em: <http://portal.unemat.br/?pg=site&i=indigena&m=turmas> Acesso em 10 de Ago. de 2023.

² Em alguns nomes, tivemos dificuldade de identificação do gênero do estudante. Diante disso, recorremos as redes sociais, *facebook* e *instagram*, ou mesmo, o *google*, entre outros.

a graduação ou a Especialização em Educação Escolar Indígena ofertada pela FAINDI/UNEMAT, conforme características sistematizadas no quadro que segue:

Quadro 1 – Amostra de Estudantes professores indígenas entrevistados

Entrevistado(a)	Gênero*	Povo/Etnia	Município de:	Turma	Curso**	Especificidade
F.O.N.	H.	Umutina-Balatiponé	Barra do Bugres	2001-2006	L. I. I.	Ciências Matemáticas e da Natureza
L.N.	H	Paresi	Tangará da Serra	2016-2022	L. I. I.	Ciências Matemáticas e da Natureza
S. A.	H	Umutina-Balatiponé	Barra do Bugres	-----	M. R em Barra do Bugres E. E. I.	Matemática
L.Z.	H.	Haliti-Paresi	Tangará da Serra	2013-2016	P. Ead UNOPAR	Pedagogia
T.T.T	H.	Xavante	Barra do Garças	2016-2022	L. I. I.	Ciências Sociais
N.O.K.	M.	Haliti-Paresi	Tangará da Serra	2016-2022	P. I.	Pedagogia
B.T.	H.	Bororo	Santo Antônio do Leverger	2001-2006	L. I. I. E. E. I.	Ciências Sociais
T.T.	M.	Tapirapé	Santa Terezinha	2012-2016	L. I. I	Línguas, Artes e Literatura
M.C.R.	H.	Rikbaktsa	Brasnorte	2016-2022	L. I. I.	Ciências Sociais
M.T.R.	M.	Terena	Matupá	2012-2016	P.I	Pedagogia
X.C.T.	H.	Tapirapé	Confresa	2001-2006	L. I. I.	Língua, Arte e Literatura

Fonte: Bitencourt e Fonseca (2023)

*Homem=H; Mulher=F

**Licenciatura Intercultural Indígena = L. I. I. e Pedagogia Intercultural = P. I. e Matemática Regular = M. R.; Pedagogia Regular = P. R.; Pedagogia Ead = P. Ead; Especialização em Educação Indígena = E. E. I;

No Quadro 1, destacamos em negrito as três professoras indígenas, mulheres entrevistadas, as quais nos trarão elementos importantes de reflexão para entender os dados sobre o gênero das turmas das licenciaturas interculturais e das turmas da Pedagogia Intercultural.

3. Resultados e Discussões

Segundo Bergamaschi, Doebber e Brito (2018), a Constituição Federal Brasileira de 1988, rompeu oficialmente com as políticas de tutela e integração destinadas aos povos indígenas, reconhecendo, pela primeira vez, o direito às formas de organização social desses povos, às línguas, aos usos e aos costumes, assim como, o direito à educação

escolar bilíngue e diferenciada nas escolas de seus territórios. Com isso, surge a necessidade de uma formação inicial específica e diferenciada para os professores indígenas.

A nova Constituição contempla o direito à educação escolar específica e diferenciada dos povos indígenas. No entanto, ações que de fato propiciem o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior são mais recentes, instituídas desde o início da década de 1990 por meio de convênios entre a Fundação Nacional do Índio (Funai) e algumas instituições privadas e comunitárias. [...] (BERGAMASCHI; DOEBBER; BRITO, 2018, p. 39).

Assim, sensíveis as necessidades dos povos indígenas do Estado de Mato Grosso, incentivado pelas Universidades e por entidades da sociedade civil, o governo do Estado do Mato Grosso criou uma Comissão Interinstitucional e Paritária, composta por representantes das sociedades indígenas e de órgãos públicos estaduais e federais, com o objetivo de elaborar um anteprojeto de cursos de licenciaturas para a formação de professores indígenas.

Diante disso, a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em 2001, cumprindo um de seus princípios voltados à valorização da diversidade cultural brasileira, coloca em funcionamento um de seus mais ousados projetos o *3º grau Indígena*, com a oferta de graduação específica e diferenciada para professores indígenas, nomeada como Licenciatura Intercultural Indígena, com três habilitações: Línguas, Artes e Literatura; Ciências Matemáticas e da Natureza e Ciências Sociais. Anos mais tarde, por meio da Diretoria de Gestão de Educação Indígena, vinculada a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG), cria-se a Faculdade Indígena Intercultural (FAINDI), com sede na UNEMAT, Campus Barra do Bugres, ao qual oferta a partir de 2012, para além do curso citado, a Pedagogia Intercultural Indígena, uma pós-graduação *lato sensu* – Especialização em Educação Escolar Indígena e o Mestrado Profissional.

Em 22 anos de a FAINDI/UNEMAT, por meio da oferta de cinco turmas de Licenciaturas Interculturais Indígenas (L. I. I.) e duas turmas de Pedagogia Intercultural Indígena (P. I. I.), graduou 515 professores indígenas cujas dinâmicas de oferta e os resultados alcançados podem ser observados:

Quadro 2 – Dinâmica de ofertas dos cursos de Graduação Intercultural na FAINDI/UNEMAT

Curso de graduação Intercultural	Ano de Ingresso	Ano de Conclusão	SUB-TOTAIS
Licenciaturas	2001	2006	190
Licenciaturas	2005	2009	90
Licenciaturas	2008	2011	33
Licenciaturas	2011	2016	45

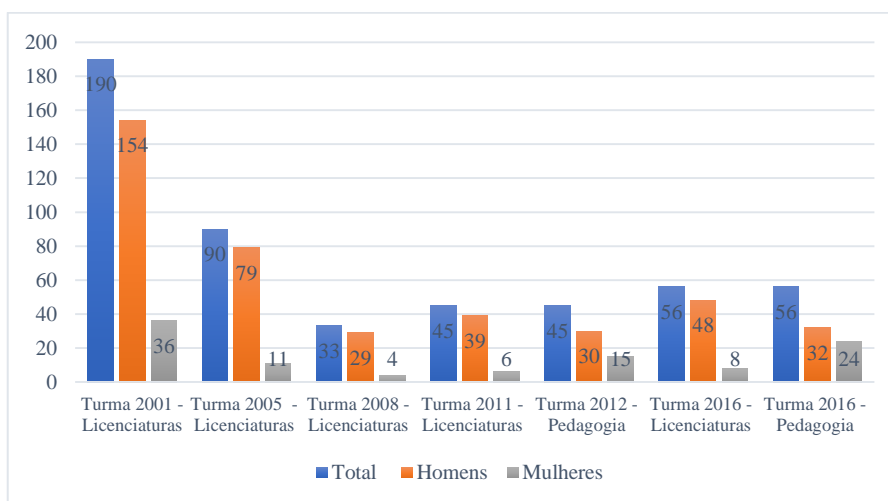
Pedagogia	2012	2016	45
Licenciaturas	2016	2022	56
Pedagogia	2016	2022	56
TOTAL GERAL			515

Fonte: Bitencourt e Fonseca (2023)

O Quadro 2, mostra o quantitativo de turmas dos cursos de graduação interculturais ofertados pela FAINDI/UNEMAT, onde podemos verificar que as primeiras turmas eram mais numerosas e depois houve uma pequena redução no número dessa oferta, diversificando também a formação, ofertando para além das licenciaturas interculturais, a Pedagogia Intercultural. No total, a FAINDI/UNEMAT já formou 515 professores indígenas e especializou em Educação Escolar Indígenas 140 professores.

Para este artigo, nosso olhar se volta para as questões de gênero, compreendido como “categoria teórica utilizada para tratar um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da percepção da diferença sexual e utilizados na compreensão do universo observado, incluindo as relações entre homens e mulheres” (TEIXEIRA; GOMES, 2012, p. 60), o feminino e masculino. As questões de gênero, neste artigo, serão abordadas com a intenção de compreender a presença, ou não, da Mulher nos cursos de graduação interculturais ofertados pela FAINDI/UNEMAT. A pesquisa documental nos mostra o gênero dos estudantes egressos ilustrado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Gênero entre estudantes egressos dos cursos de graduação desenvolvidos na FAINDI/UNEMAT



Fonte: Bitencourt e Fonseca (2023)

O Gráfico 1 mostra a questão de gênero nos cursos interculturais, evidenciando a maior presença dos Homens nos cursos da FAINDI/UNEMAT, e essa se faz constante durante todas as turmas, representando no total, 79,8% de Homens Indígenas, 411, e

somente 20,1%, 104, Mulheres Indígenas. Nas turmas dos cursos de Licenciaturas Interculturais a média de Homens se mantém alta, com 86%, caindo um pouco nas turmas de Pedagogia Interculturais, 62%, o que representa que a presença das Mulheres Indígenas sempre foi menor, mesmo nos cursos de Pedagogia.

Se compararmos esses dados de cursos de licenciaturas intercultural indígena ofertado em uma Universidade, de forma presencial em regime de alternância, tempo-universidade (Etapa Intensiva) e tempo-aldeia (Etapa Intermediária), com os dados do Censo da Educação Superior de 2021, para os cursos de graduação ofertados por universidades da modalidade presencial, “63,5% das matrículas de cursos de licenciatura estão nas universidades e 72,5% dos alunos matriculados são mulheres.” (BRASIL, 2022, p. 23), percebemos que na FAINDI/UNEMAT, a presença da Mulher é o inverso dos cursos de oferta constante e presencial.

Ainda podemos refletir sobre os dados do Censo Escolar 2022, sobre o ensino básico brasileiro, ser ministrado a maior parte por mulheres. “Do corpo docente, composto por mais de 2,3 milhões de profissionais, 1,8 milhões (79,2%) são professoras”. (BRASIL, 2023), esse dado é geral, porque, infelizmente o censo escolar, não especifica, dados referentes a educação escolar em terras indígenas. Esses dados seriam importantes para entender a razão dos dados de formação da FAINDI/UNEMAT, nos mostrar o contrário, o quase apagamento da presença da Mulher nestes cursos.

A presença das Mulheres ainda é menor nos cursos de licenciaturas interculturais, em que os estudantes indígenas, no final dos dois primeiros anos, optam por uma das habilitação: Ciências das Matemáticas e Natureza, Ciências Sociais e Línguas, Arte e Literatura. Nos chamou a atenção que entre estes cursos também a presença da Mulher Indígena é pequena e, ainda, oscila bastante, em alguns casos até desaparece, conforme:

Quadro 3 – Gênero entre Estudantes egressos das turmas da Licenciatura Intercultural na FAINDI/UNEMAT

Licenciatura Intercultural	Habilitação	Homens	Mulheres	Subtotais	Total
Turma 2001	Ciências Matemáticas e da Natureza	60	10	70	190
	Ciências Sociais	50	19	69	
	Língua, Artes e Literatura	44	7	51	
Turma 2005	Integrada	79	11	90	90
Turma 2008	Ciências Matemáticas e da Natureza	11	0	11	33
	Ciências Sociais	8	2	10	
	Língua, Artes e Literatura	10	2	12	
Turma 2011	Ciências Matemáticas e da Natureza	10	1	11	45
	Ciências Sociais	12	2	14	

	Língua, Artes e Literatura	17	3	20	
Turma 2016	Ciências Matemáticas e da Natureza	12	2	14	56
	Ciências Sociais	19	1	20	
	Língua, Artes e Literatura	17	5	22	
Subtotais		349	65	414	414

Fonte: Bitencourt e Fonseca (2023)

Entre as habilitações, Ciências Matemáticas e da Natureza é a licenciatura que menos tem a presença da Mulher Indígena e a que mais aparece é na licenciatura em Línguas, Arte e Literatura.

Quando refletimos sobre as turmas do curso de Pedagogia Intercultural, percebemos:

Quadro 4 – Gênero entre estudantes egressos das turmas da Pedagogia Intercultural na FAINDI/UNEMAT

Pedagogia Intercultural	Homens	Mulheres	Subtotais
Turma 2012	30	15	45
Turma 2016	32	24	56
Subtotais	62	39	
Total			101

Fonte: Bitencourt e Fonseca (2023)

O Quadro 4 mostra que apesar do predomínio dos homens indígenas também na Pedagogia Intercultural, a diferença é menor entre os dois gêneros, nas duas turmas.

Outro dado importante do Censo da Educação Superior de 2021, que subsidia a reflexão que estamos fazendo neste artigo é em relação ao número de matrículas nos cursos de graduação em licenciatura são de 72,5% de Mulheres. (BRASIL, 2022).

A partir desse ponto do texto desta seção, complementaremos as reflexões realizadas a partir da pesquisa documental com as vozes das três professoras indígenas mulheres ao falarem sobre a sua história e protagonismo a partir da FAINDI/UNEMAT. Para garantir o seu anonimato, conforme combinado no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), assinado por elas, serão denominadas por professoras indígenas, seguidas pelas iniciais de seu nome completo, começamos por suas apresentações:

- ✓ *A professora indígena NOK*, é da etnia Umutina, do povo Haliti-Paresi, residente na Aldeia Rio Verde, em Tangará da Serra-MT. Na FAINDI/UNEMAT, cursou Pedagogia Intercultural Indígena, na qual ingressou na Turma 2016 e formou em 2022.
- ✓ *A professora indígena TT*, da etnia Umutina, do Povo Tapirapé, residente na Terra Indígena (TI) Urubu Branco, na Aldeia *Tapi'itawa*, no município de Santa

Terezinha-MT, cursou a Licenciatura Intercultural Indígena, da turma 2012, e se habilitou em Línguas, Arte e Literatura.

- ✓ A *professora indígena MTRM*, da etnia Terena, residente na Aldeia *Kopenoty* Terena, no município de Matupá-MT. Também participou da primeira turma em Pedagogia Intercultural, com ingresso em 2012 e conclusão em 2016.

A história de vida com foco na Educação Escolar e o início das atividades de professora na Escola Indígena, da professora indígena NOK, Umutina, do povo Haliti-Paresi, que cursou Pedagogia Intercultural Indígena, é narrada por ela assim:

[...] não tinha escola nas aldeias, então meu pai ganhou uma casa lá em Tangará [se refere a zona Urbana do município onde fica a sua Aldeia], aí a gente se mudou porque tinha eu e meus irmãos, [...] fiz] o 1º ao 3º anos [...] na cidade. [...] no 4º ano já tinha escola na Aldeia e [...] eu retornei, [...] terminei o 4º e 5º ano [...] tive que retornar de novo para a cidade, porque ainda não tinha implantado a escola com todo ensino fundamental. [...] Depois que foi implantado eu retornei para a Aldeia e fiz o 7º e 8º anos, [...] no ano seguinte já teve o mesmo problema, porque ainda não tinha sido implantado o Ensino Médio na Aldeia. [...] fiz dois anos [1º e 2º anos do Ensino Médio] na cidade, [...] o 3º ano, [...] consegui terminar na Aldeia, [...] porque já tinha o ensino médio.

Como podemos observar na fala da professora indígena NOK, dos 11 anos de Educação Básica desenvolvidos por ela, cursou a maior parte dos anos, em escolas da zona urbana do município que reside, mudando várias vezes de escola, alternando entre escola da Terra Indígena (TI) e da zona urbana, sendo ensinada por professores não indígenas e não em sua língua materna. Reconhece que, na época que fez a Educação Básica, as escolas da TI Haliti-Paresi estavam sendo implantadas na medida que os professores indígenas, estavam concluindo suas graduações nas primeiras turmas das licenciaturas interculturais ofertadas pela FAINDI/UNEMAT e retornavam para o território. Realidade também retratada por Teixeira e Gomes (2012, p. 56), “progressivamente, as escolas indígenas têm sido incluídas nos programas governamentais de melhoria da educação. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se: a priorização da formação de professores”, formando o professor indígena para auxiliá-lo a garantir os direitos dos povos indígenas por meio do reconhecimento de “sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam” (TEIXEIRA; GOMES, 2012, p. 56), diretos estes, garantidos pela Constituição Federal Brasileira, de 1999.

No entanto, essa é uma realidade recente em alguns territórios e épocas, pois ao contar sobre a sua trajetória escolar, entre escola indígena e não-indígena, a professora indígena NOK, conta que entrou na educação escolar indígena como professora, em 2013, a convite de uma tia que estava cursando a primeira turma da Pedagogia Intercultural na FAINDI/UNEMAT e esse convite foi feito por ela estar concluindo o Ensino Médio, na época, e, pôr naquela ocasião outros professores indígenas da Escola da Aldeia Rio Verde, estarem indo embora para criar outra Aldeia, assim segundo ela, *“ficou faltando professor. [...] ela me convidou [se referindo a tia], [...] não pensei muito e aceitei. Aí retornei para Aldeia [Rio Verde] e a primeira turma de alunos que eu comecei a trabalhar foi EJA, que tinha uns três alunos. [...]”*. Assim, a professora indígena NOK, atua como professora em uma Escola Indígena na Aldeia Rio Verde, antes de começar a sua formação inicial em Pedagogia na FAINDI/UNEMAT, como professora leiga, sem formação inicial, realidade comum segundo ela.

Complementa a sua fala, expondo que justamente pelos desafios encontrados em sala de aula com os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), é que procurou fazer faculdade e sua primeira experiência como estudante foi em um curso de oferta contínua regular de três anos, em uma Instituição de Educação Superior particular, porém *“[...] quando eu fui começar a estudar lá, eu fui uns dois meses, não consegui me adaptar porque era uma realidade totalmente diferente da qual eu queria. Então, eu era indígena e eu queria alguma coisa que fosse ao encontro com a minha realidade, a realidade do meu povo”*. Assim, a professora indígena NOK desistiu deste curso e continuou a trabalhar na escola aguardando a abertura da primeira turma de Pedagogia Intercultural na FAINDI/UNEMAT.

Já a outra professora indígena TT, Umutina do Povo Tapirapé, formada em Línguas, Artes e Literatura, descreve a sua história na Educação Escolar, da seguinte maneira,

eu me considero uma grande guerreira, porque desde pequena, quando tinha 7 anos, a gente morava 3 km da aldeia onde ficava a escola. [...] percorria 3 km de bicicleta para estudar. [...] meu avô, [...] e meu pai falavam sempre assim, estudem meus filhos e minhas filhas, [...] apesar de que eu estudava com o meu próprio povo [se referindo a Escola na própria Aldeia], sempre tive professor indígena. Só quando comecei a estudar no sexto ano [...] [tive] professores não-indígenas, então encontrei muita dificuldade. [...] [porque] eu não falava o português. [...] para mim era novidade grande, porque a gente falava na Aldeia só a língua materna nossa [...] quando eu ouvia, eu entendia pouca coisa, [...] eu pensava de desistir porque não entendia, eu não conseguia fazer [...] aí foi indo, [...] até que foi ouvindo, aprendendo, praticando no colégio [se referindo a

língua portuguesa]. Mas [...] a língua portuguesa que eu falava só ficava lá na sala de aula, com os professores [...] quando chegava na aldeia, já era língua Tapirapé. [...] o tempo foi se passando [...] fui convidada para [...] fazer magistério quando tinha 15 anos, pela minha irmã [...] que fazia Magistério da UFG, [...] foi lá que eu aprendi a língua portuguesa.

Conforme a fala da professora indígena TT, ela estudou o Ensino Fundamental em uma escola na TI Urubu Branco, e lá, nos primeiros anos do ensino fundamental, foi ensinada por professor indígena, na língua materna do seu povo, em uma escola indígena. Somente no sexto ano em diante, precisou aprender a segunda língua, no caso, a língua portuguesa, encontrando dificuldade, conforme narra. Segundo ela, a sua dificuldade com as línguas, tanto a materna como a língua portuguesa, para ensinar adequadamente ao povo Tapirapé, fez com que ela, ao cursar a licenciatura intercultural na FAINDI/UNEMAT, optasse em se habilitar em Línguas, Artes e Literatura, “[...] porque sem a língua, a gente como indígena enfraquece, nossa cultura se perde. Quando eu vi a possibilidade de estudar “línguas”, eu achei muito importante, falei não, vou entrar nesta”. Percebe-se nesta fala, que assim como a professora indígena anterior, a professora indígena TT, pensou no bem da comunidade do povo Tapirapé, e nas crianças que, assim como ela, estudam em escolas indígenas e tem o direito de aprender na língua materna e ter como segunda língua, o português.

A terceira entrevistada foi a professora indígena MTRM, da etnia Terena, residente na Aldeia *Kopenoty Terena*, no município de Matupá-MT, e inicia nos contando sobre o povo Terena em Mato Grosso, e as reivindicações por terras a partir da liderança de seu pai, que veio de Mato Grosso do Sul em busca de terra para o povo Terena. Sua escolarização foi semelhante a das outras duas professoras indígenas, porém, marcada por idas e vindas e distanciamento dos seus parentes e referências, como conta,

meu pai desde 1980, [...] veio [para MT em] busca de um espaço de terra, porque na época no Mato Grosso do Sul, estava ficando pequena a áreas do Povo Terena, [...]. Ele ficou entre [...] [MS] e [...] [MT], [...] e nós também por muito tempo. Minha infância foi mais em Rondonópolis-MT, [...]. Eu nasci num mundo não-indígena. [...] lá pelos meus 9 anos, [...] eu fui para a comunidade indígena em MS, [...] mas já não falava a língua materna. [...] só meu pai falava a língua materna, [...] minha mãe compreendia, mas não falava [...]. Então, a minha primeira língua é a língua portuguesa, tenho pouco conhecimento da minha língua materna. [...] perdi um pouco desse contato com a minha cultura. [...] Fui alfabetizada na língua portuguesa. [...] Depois dos meus 9 anos, [...] voltamos de novo ao [...] [MS] [...] dos meus 9 anos até os 12 anos de idade, [...] eu comecei a estudar na Escola Indígena lá, totalmente diferente da realidade que eu estava acostumada, [...] ali eu começo a ter o contato com a minha cultura, a questão de dança, língua materna, [...]. Meu pai vem de volta para o [...] [MT] e nós ficamos com minha mãe em [...] [MS] [...]. Quando eu tinha uns 12 anos de idade, [...] meu pai [...], busca toda a família para ajudar ele na reivindicação dessa terra, que é que nós estamos hoje. [...] e a gente vai para as

áreas dos Bororo, no [...] [MT] [...] eu quase sou falante da língua dos Bororo, porque ali era muito forte a língua materna deles, na época. Voltamos para Rondonópolis, e começamos de novo a estudar escola do não-índio [...] agora já no ensino fundamental, [...] e já foi ficando para trás a questão cultural nossa, do povo Terena, novamente. [...] quando foi no ano de 2003, aí que veio para alegria de todos nós a conquista da terra, de 2003 para 2004. [...] já na área de Matupá-MT, na Terra Indígena Iriri Novo, onde que nós estamos hoje, [...] começa a busca pela construção da Escola Indígena Terena. [...] ali eu começo a estudar novamente. [...] terminei ali meu Ensino Médio, [...] numa escola indígena [...] com professores indígenas, alguns eram formados, outros não, então a gente foi indo. [...]

A professora indígena Terena, MTRM, também teve sua escolarização marcada entre as escolas indígenas e não-indígenas e, segundo ela, isso fez com que não aprendesse a língua materna do seu povo, e, com isso, a questão cultural também foi um pouco prejudicada. Por estar quase concluindo o Ensino Médio na TI Terena *Iriri Novo*, em Mato Grosso, e pela necessidade de professores na Escola da Aldeia, a professora conta que “no ano de 2008, [...] estava no terceiro ano do Ensino Médio, [...] a comunidade indígena me nomeou [...] para ser professora [...] [para] substitui um professor que ia para a reserva indígena. Aí começa a minha trajetória na educação [...]”, mostrando assim, que ela também atuava como professora antes de ingressar na FAINDI/UNEMAT, “[...] no ano de 2012, abriu a inscrição, três vagas para o povo Terena, e foi ali que eu me inscrevi. Foi eu, meu esposo e uma colega nossa de sala de aula [...]. Teve muitas pessoas lá no nosso povo que se inscreveu também. [...]”.

A professora indígena Terena, MTRM, junto com outros professores, fez o curso de Pedagogia Intercultural, na primeira turma e complementa a fala dizendo que seu esposo também é Terena, e além de ter cursado a mesma graduação também foi da primeira turma do Mestrado Profissional no PPGECEII, na qual defendeu a sua dissertação em 2022. Demonstra satisfação, quando diz que atualmente é ela que é mestranda no mesmo curso de pós-graduação. Destaca que a importância da formação inicial desenvolvida na FAINDI/UNEMAT para o povo Terena, pois

[...] os professores que passaram aqui na FAINDI receberam um conhecimento muito amplo na questão indígena, [...] aqui na faculdade, [...] quando você entra aqui, você sai daqui diferente, para as questões indígenas, porque é todo voltado para [isso] [...] na verdade, o que a gente não sabia era sistematizar aquilo que a gente sabe e faz em sala de aula, [...] então isso foi muito importante na época que eu estava aqui, todas as disciplinas que eu estudei aqui, foram muito boas.

A professora indígena Terena, MTRM, destaca a importância da formação inicial na FAINDI/UNEMAT para o seu povo, destacando sobre o que todos os estudantes

entrevistados, homens e mulheres salientaram sobre a importância do resgate cultural dos povos indígenas proporcionado pela formação.

O que se pode observar em comum as três professoras indígenas entrevistadas é que possuem uma escolarização realizada em alternância, entre Escolas nas Aldeias e Escolas da zona urbana dos municípios onde residiam. Duas delas foram alfabetizadas e são fluentes na língua materna de seu povo (NOK e TT) e, uma delas, a MTRM não fala a língua materna do seu povo, e, inclusive, tem a língua portuguesa como sua primeira língua, demonstrando uma certa tristeza por isso. Todas elas ingressaram na FAINDI/UNEMAT em busca de qualificar a Educação Escolar Indígena.

O avanço progressivo da educação escolar indígena tem se caracterizado pelas reivindicações dos povos em prol do reconhecimento do direito à manutenção de suas formas específicas de viver e pensar, de suas culturas e modos próprios de produção, armazenamento e transmissão de conhecimentos, decorrentes das dificuldades reais e concretas de implantação das escolas em áreas indígenas. Essas reivindicações se apoiam na importância das escolas para a realidade indígena, uma vez que estas se constituem como instrumentos para a compreensão da situação extra-aldeia e para o domínio de conhecimentos e tecnologias. (TEIXEIRA; GOMES, 2012, P. 57)

Ou seja, para transformar as histórias de vida escolar das crianças indígenas que tem o direito garantido por lei de estudar no seu território com professores indígenas que conheçam a sua realidade.

4. Considerações Finais

Com a realização desta pesquisa, percebeu-se que é recente a produção acadêmica sobre educação indígena específica e diferenciada, tanto sobre o processo de ensino aprendizagem na Educação Básica como a formação de professores indígenas em cursos específicos, na Educação Superior. Entre os existentes, há estudos significativos sobre a temática que auxiliam na elaboração de políticas públicas para qualificar a Educação Escolar Indígena.

No entanto, poucas reflexões tratam sobre a questão de gênero nas escolas indígenas, tanto em relação à docência como também aos estudantes. Se faz pertinente também aprofundar estudos que façam reflexões como essa que realizamos aqui neste texto, sobre a presença da mulher nos cursos de graduação interculturais, ofertados como modalidades diferenciadas, pois pode nos trazer dados que instigue aprofundamento quanto a relacionar com os aspectos culturais das etnias envolvidas e o papel atribuído as mulheres.

Como a questão de gênero não era foco inicial e principal da entrevista realizada, só quando vivemos o momento de pesquisa de campo, a realização das entrevistas, a observação dos entornos da sala de aula e o convívio com a turma de mestrandos e, após, a transcrição das entrevistas, é que nos chamou a atenção e nos instigou a procura.

Consideramos, a partir dos dados, que nos cursos de graduação interculturais, tanto nas licenciaturas como na Pedagogia, a presença da Mulher indígena é incipiente se comparada a do Homem, agravando a diferença nas licenciaturas.

5. Referências

- ANGROSINO, M. **Etnografia e Observação Participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; BRITO, P. O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.99, n. 251, p. 37-53, jan./abril. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337> Acesso em: 19 Ago. 2023.
- BRASIL. **Censo da Educação Superior 2021 - Notas Estatísticas**. República Federativa do Brasil. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED), 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2021.pdf Acesso em 20 Ago. 2023.
- BRASIL. **Censo Escolar da Educação Básica 2022 - Notas Estatísticas**. República Federativa do Brasil. Ministério da Educação (MEC). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED), 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/areas_de_atuacao/notas_estatisticas_censo_da_educacao_basica_2022.pdf Acesso em 20 Ago. 2023.
- TEIXEIRA, I. A. V.; GOMES, A. M. R. A escola indígena tem gênero? Explorações a partir da vida das mulheres e professoras Xakriabá. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, Número Especial, p. 55-83, dez. 2012. Disponível em: Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa> Acesso em 18 Ago.2023.